



PESQUISA E CONHECIMENTO DA REALIDADE NO SERVIÇO SOCIAL

Research and knowledge of reality in social services

Alessandra Ximenes da Silva*
Tháisa Simplício Carneiro Matias**
Mônica Barros da Nóbrega***



RESUMO

Este artigo versa sobre a pesquisa e o conhecimento da realidade no Serviço Social, com o objetivo de analisar a trajetória histórica da pesquisa na área e sua relevância para fundamentar o exercício profissional. Trata-se de um ensaio teórico que prioriza o debate baseado nos fundamentos ontológicos do ser social, de modo articulado com os desafios e potencialidades na realidade contemporânea. O estudo ressalta que apesar do recente acúmulo teórico-metodológico, a profissão vem contribuindo para o desvelamento da realidade, inclusive para outras áreas do conhecimento, em uma perspectiva vinculada aos interesses da classe trabalhadora. Reafirma que a pesquisa e o conhecimento da realidade foram fundamentais para que o Serviço Social se consolidasse como área de conhecimento e como uma nova competência sociopolítica e teórico-instrumental, no sentido de apreender o movimento da realidade.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Pesquisa. Conhecimento da realidade.

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social (UFPE). Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. (UEPB, Campina Grande, BRASIL). Rua Baraúnas, 351- Bairro Universitário, Campina Grande (PB), CEP.: 58429-500. E-mail: <aleximenes@uol.com.br>. ORC ID: <<http://orcid.org/0000-0001-6362-2550>>.

** Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora substituta da Universidade Federal da Paraíba (UEPB, Campina Grande, Brasil). Rua Baraúnas, 351, Bairro Universitário, Campina Grande (PB), CEP.: 58429-500. E-mail: <thaisasimplicio@hotmail.com>. ORC ID: <<http://orcid.org/0000-0002-5595-9572>>.

*** Assistente Social. Doutora em Serviço Social (UFPE). Professora Efetiva do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, Campina Grande, Brasil). Rua Baraúnas, n. 351, Bairro Universitário, Campina Grande (PB), CEP.: 58429-500. E-mail: <monicabnobreaga@yahoo.com.br>. ORC ID: <<http://orcid.org/0000-0002-2981-4353>>.

ABSTRACT

This article deals with the research and knowledge of reality in Social Work, aiming to analyze the historical trajectory of the research in the area and its relevance to substantiate the professional exercise. It is a theoretical essay that prioritizes the debate based on the ontological foundations of the social being, articulated with the challenges and potentialities in contemporary reality. The study emphasizes that despite the recent theoretical and methodological accumulation, the profession has contributed to the unveiling of reality, including other areas of knowledge, in a perspective linked to the interests of the working class. It reaffirms that research and knowledge of reality were fundamental for Social Service to consolidate itself as an area of knowledge and as a new socio-political and theoretical-instrumental competence, in the sense of apprehending the movement of reality.

KEYWORDS

Social Service. Research. Knowledge of reality.

Submetido em: 4/5/2018.

Aceito em: 6/6/2018.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o debate acerca da relevância da pesquisa e do conhecimento da realidade está posto para os assistentes sociais com muita ênfase, contexto no qual o Serviço Social alcançou sua maioridade intelectual e consolidou-se como área de conhecimento. Como indica Mota (2013), uma das tendências mais significativas dessa profissão hoje é a sua particularidade como área de produção de conhecimento, o que expressa o seu amadurecimento no âmbito da pesquisa.

É consensual entre os pensadores do Serviço Social brasileiro que a pesquisa é um tema recorrente e de precípua relevância para a profissão, inclusive, constituindo-se em um dos eixos fundantes das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, cujo documento-síntese data de 1996.

Para o Serviço Social, que faz opção pelos interesses e lutas da classe trabalhadora, o conhecimento da sociedade capitalista se torna necessário para uma atuação profissional conseqüente em favor daqueles a quem são dirigidos os serviços sociais.

Diante do exposto, apresentamos nossas reflexões sobre a pesquisa e o conhecimento da realidade no Serviço Social, sem a pretensão de esgotar o tema, buscando priorizar alguns aspectos. Deste modo, o presente ensaio está estruturado nos seguintes itens: Serviço Social e pesquisa: uma relação necessária ao conhecimento da realidade; e a pesquisa e o conhecimento da realidade no Serviço Social no atual contexto de crise do capital.

SERVIÇO SOCIAL E PESQUISA: RELAÇÃO NECESSÁRIA AO CONHECIMENTO DA REALIDADE

Situarmos historicamente a gênese e o desenvolvimento do Serviço Social é de precípua relevância à nossa discussão para não cairmos em análises imprecisas, equivocadas e endogenistas¹, e tampouco reforçar a perspectiva que o reduz a uma relação de causa e efeito provocada pela burguesia, como se a emergência da “questão social” levasse mecanicamente ao aparecimento de uma configuração profissional e desconsiderasse as lutas de classes travadas historicamente.

Nossa perspectiva de análise adotada reforça a afirmação de Netto (2007) segundo a qual “[...] as conexões genéticas do Serviço Social não se entretecem com a ‘questão social’, mas com suas particularidades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica” (NETTO, 2007, p. 18). A partir dessas considerações, nosso debate está respaldado na compreensão do Serviço Social inserido na divisão social e técnica do trabalho da sociedade burguesa consolidada e madura.

É consensual na literatura da área que a emergência da referida profissão no país ocorreu na década de 1930, quando o projeto reformista-conservador, em clara sintonia com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, se afirmava e fortalecia, mediante a gradual substituição da economia agroexportadora pelo modelo industrial. Nesse caminho, considerando nossas particularidades², houve um reordenamento do Estado para com a classe trabalhadora, no sentido de implementar medidas de cunho político-ideológico, a fim de responder às expressões da “questão social”, mediante políticas e serviços sociais consonantes com tal projeto (ORTIZ, 2010).

O Serviço Social, dentre outras profissões que foram requisitadas, surgiu justamente para desenvolver ações organicamente vinculadas às prerrogativas e princípios desse projeto. Destarte, foram as formas de enfrentamento às expressões da “questão social” que geraram as condições objetivas para a emergência e institucionalização da profissão, estabelecendo as respostas socioprofissionais também balizadas pelo reordenamento reformista-conservador (NETTO, 2007).

Desse modo, a institucionalização do Serviço Social está vinculada a dois processos imbricados: o movimento do capital em sua fase monopólica, com o necessário e consoante redimensionamento do Estado; e, por outro lado, o fortalecimento da Ação Católica no país.

Nesse momento, cumpre-nos destacar que a formação e a prática profissional do assistente social ocorriam fundamentadas na orientação da Igreja Católica e nas bases filosóficas ancoradas no neotomismo e no humanismo cristão, num projeto de

¹ Sustenta a origem do Serviço Social na evolução, organização e profissionalização das formas anteriores de ajuda, de caridade e de filantropia, vinculada agora à intervenção na “questão social” (MONTAÑO, 2007).

² Para aprofundamento sobre a formação sócio-histórica do Brasil, ver Fernandes (2005) e Mazzeo (1997).

recristianização da sociedade, na Doutrina Social da Igreja, voltada para a camada empobrecida da sociedade, bem como para os setores trabalhadores urbanos.

Por outro lado, caberia ao Estado desenvolver uma intervenção no sentido de coibir ou eliminar os excessos produzidos pelo capitalismo, criando políticas voltadas para a integração harmoniosa, consensual entre as classes fundamentalmente antagônicas.

O exercício profissional dos assistentes sociais voltava-se para o atendimento imediato aos usuários, sem formular/gerir as políticas nas quais estavam inseridos, configurando, nos termos de Netto (2007), um executor terminal da política social. Além disso, a pesquisa e o conhecimento da realidade na área não eram obrigatórios nos currículos dos cursos de Serviço Social.

Esse quadro começou a modificar-se em meados da década de 1950, cujos rebatimentos foram significativos para a profissão, especialmente com a instauração do regime autocrático burguês, em 1964.

Do ponto de vista profissional no país, o fenômeno mais característico relaciona-se à renovação do Serviço Social, cujos desdobramentos elencam-se nos seguintes aspectos: na sua natureza e funcionalidade, pois alteraram muitas demandas colocadas ao Serviço Social e a sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais; a formação dos quadros técnicos foi profundamente redimensionada; os padrões de organização como categoria; bem como os referenciais teórico-culturais e ideológicos que sofreram giros sensíveis, assim como as suas autorrepresentações.

Um elemento constitutivo da renovação do Serviço Social que destacamos no presente ensaio diz respeito à emergência de elaborações teóricas referidas à profissão e de um importante debate teórico-metodológico, vinculado diretamente à inserção profissional no circuito universitário, criando condições para o surgimento de um padrão acadêmico para a produção de conhecimento, constituindo-se vanguardas sem o compromisso imediato com o desenvolvimento da prática profissional, inserção esta que contribuiu para fornecer, no plano intelectual, um contrapeso à histórica subalternidade profissional. Para Netto (2004): “Começou a mudar, de fato, a posição do Serviço Social em face das ciências sociais: a condição de vazadouro das suas produções tende a ser deslocada por uma postura de crítica dos seus fundamentos, o que implica o seu conhecimento específico” (NETTO, 2004, p. 132).

Portanto, um dos traços mais significativos de tais elaborações foi a ênfase na análise crítica do próprio Serviço Social, visto que a profissão se questionou e se colocou como objeto de pesquisa, o que até então não se registrava, apesar da forte presença de conhecimentos ecléticos e sincréticos.

Netto (2004) chama atenção para o fato de que até fins de 1960 e início dos anos 1970, havia defesa/reforço do Serviço Social tradicional³, a fim de preservar os traços mais

³ Entendemos o Serviço Social *tradicional* como uma prática profissional empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, fundamentada na ética liberal-burguesa, cuja teleologia consiste na correção (desde um direcionamento claramente funcionalista) de resultados psicossociais considerados negativos ou

subalternos do exercício profissional e de conter projeções potencialmente conflituosas nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais. Nesse contexto houve uma busca de sincronia com as novas demandas da sociedade, a necessidade de um aperfeiçoamento teórico-metodológico na formação profissional e a superação da subalternidade da profissão ligada apenas ao nível de execução.

A ditadura militar precipitou e impulsionou uma direção particular da erosão do Serviço Social tradicional, desencadeada desde a segunda metade da década de 1950, imprimindo uma ponderável reformulação do cenário profissional, justamente pela instauração das novas condições, desencadeadas pela reorganização do Estado e pelas modificações na sociedade em curso.

Do pós-golpe até o início dos anos 1970, emergiu a perspectiva, cujo aspecto teórico-metodológico ancorou-se no positivismo, a fim de dar à profissão um caráter mais técnico e científico que subsidiasse o exercício profissional.

Fundamentada nas abordagens funcionalistas, estruturalistas e posteriormente sistêmicas, todas de matriz positivista, tal perspectiva, segundo Yazbek (2009), configurou para a profissão um projeto renovador tecnocrático, pautado na busca da eficiência e eficácia que norteou a produção do conhecimento e a ação profissional. Direcionada a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema através do desenvolvimento social e do enfrentamento da pobreza na perspectiva de integração da sociedade, recorreu-se aos recursos da modernização tecnológica e a processos interpessoais.

Entretanto, reafirmou alguns elementos do neotomismo, em especial, os valores e a referência moral que informam sua dimensão ética (CARDOSO, 2013): estavam presentes valores como o bem comum, a perfectibilidade e dignidade humanas, cabendo ao profissional a condução do indivíduo e da sociedade nessa busca divina.

Houve uma mudança no discurso, nos métodos de ação e nos rumos da prática profissional, com o objetivo de reforçar a sua legitimidade junto às agências demandantes da profissão, em particular o Estado e as grandes empresas. Mudanças que se traduziram em uma tecnificação pragmática da profissão de modo que, no cenário repressivo da época, os assistentes sociais priorizaram o metodologismo. As preocupações voltaram-se para o aperfeiçoamento do instrumental técnico-operativo, manifestadas na sofisticação dos modelos de diagnóstico e planejamento, com vistas à eficiência que se pretendia asséptica, nos marcos de uma forte burocratização das atividades profissionais (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998).

A partir de meados da década de 1970, formularam-se as perspectivas de reatualização do conservadorismo e de intenção de ruptura. Na reatualização do conservadorismo, objetivava-se deter a erosão do Serviço Social *tradicional*, configurando-se como uma alternativa neutralizadora das influências marxistas. A sua característica mais relevante

indesejáveis, sobre uma concepção (seja aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta à ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável (NETTO, 2004).

foi a exigência e a valorização da elaboração teórica. Todos os seus documentos significativos ressaltaram a necessidade de um esforço sistemático no sentido de produzir ou organizar conhecimentos para fundar as práticas profissionais, recaindo a ênfase na recusa ao empirismo, ao praticalismo e aos padrões teórico-metodológicos da tradição positivista, em particular, a interpretação causalista da sociabilidade e a assepsia ideológica do conhecimento.

A fenomenologia foi a perspectiva teórico-metodológica adotada, que se constitui em uma corrente filosófica defensora da utilização de um método voltado para a descrição da essência do fenômeno. Favorece a subjetividade e a anti-historicidade em detrimento do movimento do real. Segundo Carli (2013), trata-se de uma orientação teórica que se fixa na vida cotidiana, cujo conhecimento natural começa e permanece na experiência, não considerando a historicidade dos fenômenos. Logo, diz respeito a uma perspectiva lógico-formal, cara ao capital e à reprodução da ordem instalada sob seus desígnios, concebendo o real como construto da consciência, reflexo das subjetividades.

A modernização conservadora e a reatualização do conservadorismo não foram marcadas por uma densidade na produção de conhecimento, configurando-se limitadas do ponto de vista do rigor teórico-metodológico. Foi com a terceira direção da renovação que o Serviço Social expressou a busca pela ruptura com o conservadorismo, posicionando-se a favor dos interesses e das lutas da classe trabalhadora. Nesse caminho, a preocupação com a pesquisa no e para o Serviço Social se fortaleceu.

É consensual na literatura crítica específica do Serviço Social que foi a partir dos anos 1980 que a categoria profissional passou a fortalecer a produção de conhecimentos, saindo da preocupação com os metodologismos epistemológicos para um mergulho ontológico nos fundamentos do ser social e do modo de produção capitalista, avanço decorrente da inserção do Serviço Social na universidade, do contato com as ciências sociais, bem como da criação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Em relação à intenção de ruptura, destacamos a aproximação do Serviço Social com a teoria social de Marx. Para Silva (2007), embora o Serviço Social e a obra marxiana componham instâncias diferentes e sejam antagônicas nos fundamentos que as originam, tal relação configura-se viável, necessária e decisiva para a legitimação profissional em meio às transformações societárias. Como já é consensual, a aproximação da profissão com o referencial teórico proposto por Marx não aconteceu sem equívocos, reducionismos e com forte caráter político-partidário militante.

A esse respeito, basta recordar do *Marxismo sem Marx*, já analisado por renomados autores, a exemplo de Quiroga (1995), Iamamoto (2011) e Netto (2004). Por outro lado, tais equívocos não obscureceram o valor de tal avanço para entender a realidade social na qual se insere a profissão, especialmente se tomarmos como fator decisivo o contexto no qual essa aproximação ocorreu: regime autocrático burguês em vários países do continente latino-americano.

A matriz marxiana articula dialeticamente três categorias nucleares: a totalidade, a contradição e a mediação. O método implica, assim, numa determinada posição do sujeito que pesquisa na sua relação com o objeto, extraindo deste as suas múltiplas determinações em constante movimento. Conforme Netto (2009a), “A inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar de tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx” (NETTO, 2009a, p. 693).

A apropriação qualificada da obra marxiana pela categoria profissional se expressou na década de 1980, configurando a sua maioria intelectual. Com a aprovação do currículo mínimo de 1982, a pesquisa se tornou componente curricular obrigatório nos cursos de Serviço Social, apesar de alguns departamentos já terem inserido a metodologia de pesquisa em seus currículos.

A ampliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no referido período, somada à interlocução com outras áreas do saber, propiciou maior apreensão e densidade na análise da realidade social, coerentes com este novo direcionamento da categoria, fortalecendo o projeto profissional que ganhava hegemonia.

Assim, destacamos a revisão do currículo mínimo de 1982 que culminou com a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996. Apesar das alterações substanciais em seu conteúdo por parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC), buscou-se discutir o direcionamento da formação profissional, seus objetivos e conteúdo, bem como a sua função social, enfatizando sua importância no desenvolvimento de uma prática consciente e consequente nas relações de classe da realidade brasileira.

A pesquisa foi posta como princípio e condição da formação profissional. Destarte, a formação permanente de uma postura investigativa foi colocada como inerente ao processo de formação profissional (MORAES, 2015). Para a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996),

De fato, a pesquisa das situações concretas é o caminho para a identificação das mediações históricas necessárias à superação da defasagem entre o discurso genérico sobre a realidade e os fenômenos singulares com os quais se defronta o profissional no mercado de trabalho. Aliás, a principal via para superar a reconhecida dicotomia entre teoria e prática, requalificando a ação profissional e preservando a sua legitimidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 152).

Mota (2013) endossa as particularidades do Serviço Social brasileiro na entrada deste século, a exemplo da ampliação da sua participação nos eventos internacionais, cujo direcionamento teórico e histórico o coloca em vanguarda; notória interlocução/incorporação da produção bibliográfica dos intelectuais do Serviço Social nas produções mais recentes das ciências humanas e sociais no país; abertura do mercado editorial às produções de assistentes sociais; e aumento da demanda de

profissionais de áreas afins pelas pós-graduações em Serviço Social, impulsionado pela busca de conhecimento crítico nas ciências humanas e sociais.

Trata-se da ideia de que o Serviço Social, ao se constituir também como uma área do conhecimento, adensa sua intervenção na realidade mediante a construção de uma cultura intelectual, com cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, cuja dimensão interventiva tinha primazia sobre as dimensões teórico-metodológica e ético-política da profissão (MOTA, 2013).

A maioria intelectual também vem repercutindo na ampliação do exercício profissional, por meio de uma ativa participação na formação de uma massa crítica da esquerda, cujas dimensões teórica, ideopolítica e intelectual são responsáveis pelo acervo de conhecimentos críticos na luta contra o avanço do pensamento pós-moderno, como expressão da crise capitalista no âmbito da cultura. Esse processo expressa uma resistência teórico-política e ideológica.

Diante do exposto, entendemos que o processo de maioria intelectual do Serviço Social contribui para enfrentar as transformações societárias em curso e no âmbito específico da profissão nas esferas da pesquisa, da formação e do exercício profissional, apreendendo as mediações no desenvolvimento dos seus objetos de intervenção e imprimindo-lhes o estatuto de objetos de conhecimento. Esse aspecto viabiliza a sua inserção no circuito das ciências humanas e sociais, ultrapassando o âmbito das ciências sociais aplicadas.

Tal acúmulo teórico é notório, incorpora matrizes teóricas e metodológicas coerentes com a perspectiva de ruptura com o conservadorismo e vinculadas aos interesses da classe trabalhadora, significando uma quebra do monopólio político e teórico-metodológico na profissão (NETTO, 2009b).

Entretanto, não se pode omitir os desafios da pesquisa e do conhecimento da realidade no Serviço Social no contexto de crise capitalista atual. É sobre tais elementos que versaremos no item a seguir.

A PESQUISA E O CONHECIMENTO DA REALIDADE NO SERVIÇO SOCIAL NO ATUAL CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL

As transformações societárias contemporâneas foram desencadeadas nos anos 1970, cujo projeto restaurador pode ser sintetizado no tripé: flexibilização da produção e das relações de trabalho, na desregulamentação das relações de comércio e de circuitos financeiros e na privatização do patrimônio estatal.

A mundialização da economia vincula-se, segundo Netto (2017), à financeirização do capitalismo e à articulação supranacional de grandes corporações, constituindo megablocos, que também contribuem para o impacto na totalidade da vida social, inclusive, na dinâmica cultural.

A *fábrica difusa* ou desterritorialização da esfera produtiva, bem como disseminação da cultura do consentimento e adesão, têm implicado alterações no mundo do trabalho, desregulamentando os direitos do trabalhador, concomitantemente ao aumento da informalidade, da precarização de suas condições de vida, do desemprego estrutural, do distanciamento entre trabalhadores formais e informais, assim como o não reconhecimento classista e sua conseqüente organização.

Logo, no plano ideocultural de resposta à crise, há um forte apelo no discurso da *cultura da crise* (MOTA, 2005), instigando os trabalhadores a aderirem e consentirem as mudanças necessárias como solução para que todos contribuam para a saída desse contexto.

Portanto, a crise do capital também atingiu diretamente a subjetividade dos trabalhadores, seu reconhecimento de pertença enquanto classe, bem como seus organismos de representação, que passaram a assumir uma postura cada vez mais defensiva em reação às conquistas. Nesse caminho, “[...] o que tem favorecido o novo padrão de acumulação é o clima de ‘vazio ideológico’ expresso na ausência de um projeto societário que se oponha a ele” (SANTOS, 2007, p. 27).

O neoliberalismo desempenha função ativa nas respostas para as tensões sociais, no sentido de manter a ordem social, com o significativo apoio dos meios de comunicação, falseando a história, naturalizando as desigualdades e moralizando a “questão social”, ao passo que incita a população a apoiar práticas fascistas, como o uso da força, o armamento, a xenofobia, os linchamentos e a ideologia do medo em tempos de paz formal (BARROCO, 2011).

Como subproduto dessa ofensiva neoliberal, destacamos o avanço do pensamento pós-moderno que reitera o movimento funcional à manutenção da ordem burguesa, sob o qual a discussão da “questão social” e suas expressões ganham nova dimensão, justificação e, portanto, ineficiente resposta para o seu enfrentamento. Trata-se de um desmonte do projeto da Modernidade através da satanização da totalidade e das demais categorias universalizantes em nome da “[...] ausência de perspectivas que proponham o enfrentamento da complexidade do real para além da perplexidade, da impotência ou da celebração” (SANTOS, 2007, p. 40). Portanto, busca-se disseminar a ideia da crise das metanarrativas a fim de legitimar o discurso científico.

O avanço desse pensamento tem rebatimentos na discussão sobre um possível *fim do trabalho*, como também na formação e prática profissionais dos assistentes sociais, reafirmando o conservadorismo burguês que traz à tona o messianismo, o tecnicismo, a dicotomia entre teoria e prática, o imediatismo e a abordagem no âmbito micro (SANTOS, 2007).

A síntese desse rol de transformações societárias reafirma o caráter de crise estrutural do modo de produção capitalista, nos termos de Mészáros (2011), exaurindo as possibilidades civilizatórias dessa ordem.

Na barbarização da vida social, assistimos a retrocessos draconianos que colocam na ordem do dia a defensiva dos direitos conquistados. A esse respeito podemos citar o estratégico aniquilamento da perspectiva de seguridade social instituída na Constituição Federal vigente; a tendência à assistencialização das políticas sociais e focalização nos bolsões de pobreza; a mercantilização de políticas estratégicas como a saúde, a educação e a previdência em nome de uma suposta *eficiência* gerencial; a instituição da cultura do medo, do Estado Penal, o clamor popular à redução da maioria penal, da implantação da pena de morte e da militarização da vida social, a fim de coibir os altos índices de criminalidade e violência; a criminalização dos movimentos sociais; a ofensiva aos direitos como a Reforma Trabalhista em vigor (Lei Nº13.467/17), que reafirma a precarização do trabalho e sua desregulamentação; a Emenda Constitucional Nº 95/16, que institui o novo Regime Fiscal, com consequências deletérias para o repasse dos recursos públicos para as políticas sociais; dentre outros.

Nesse passo, as reorientações, que chegam a ser tingidas de cores ilusórias como alternativas inovadoras sob o rótulo de terceira via, mas que reafirmam a máxima de “[...] direita para o social e esquerda para o capital [...]” (NEVES, 2010, p. 20), tendem a seduzir e incidir na formação e exercício profissionais dos assistentes sociais, que, inseridos na divisão social e técnica do trabalho, se deparam com as implicações desse contexto nos diversos espaços sócio-ocupacionais marcados pelo sobretrabalho, sucateamento, rotinização e burocratização dos serviços, que também aumentam o desafio de apreender o movimento do real em sua totalidade na perspectiva da transformação da realidade social.

Além disso, são colocadas, na agenda contemporânea e, mais largamente, no horizonte sociocultural, “[...] outras formas de conceituar e tratar a ‘questão social’, através de uma nova reforma social e moral conduzida pela burguesia contemporânea [...]” (MOTA, 2008, p. 50), que chegam ao ponto de se imprimir a ideia de que ampliar as políticas sociais suprimiria a “questão social”.

O sucateamento e aligeiramento da formação profissional afastam a ideia de universidade autônoma, com implicações para a pesquisa e para o conhecimento da realidade, a fim de atender a lógica mercantil, configurando-se numa *universidade operacional*. Conforme Iamamoto (2008):

Procede-se ao empresariamento de docentes e pesquisadores, agora transformados em captadores de recursos, submetidos às exigências das agências financiadoras e às demandas dos clientes que encomendam os serviços a serem prestados, em uma relação típica de mercado. As entidades contratantes passam a beneficiar-se não apenas dos resultados das pesquisas, mas a interferir na definição de temas e no seu processamento, imprimindo um caráter imediatista e instrumental à investigação e à produção de conhecimentos. O cientista-pesquisador torna-se prisioneiro de sua própria atividade criadora e do resultado encomendado, a ele estranho, mas a cujo processo afirma seu consentimento. Tem-se a inversão da relação sujeito/objeto no ato mesmo da atividade científica – a submissão do homem às coisas e o estranhamento em relação a sua própria atividade –, o que introduz, no interior da produção acadêmica na esfera pública, a alienação da atividade e do seu produto para o próprio produtor (IAMAMOTO, 2008, p. 499).

Conforme a referida autora, o ensino universitário tende a ser reduzido a um processo de treinamento, adestramento, pautado na transmissão de conhecimentos que marcam o ensino fragmentado e parcializado. A pesquisa tende a deslocar-se de modo exclusivo para a pós-graduação, predominantemente, situada nas universidades públicas, afastando no plano prático o que vem sendo defendido pela categoria profissional, especialmente nas Diretrizes Curriculares de 1996, ao apartar a pesquisa e a produção de conhecimentos a uma parcela de assistentes sociais situados na academia.

Nesse compasso de ataque à pesquisa e conhecimento de realidade, assistimos a significativos cortes orçamentários nos programas de pós-graduação e projetos de pesquisa, o que vem sendo debatido nas Oficinas Regionais e Nacional da ABEPSS dos tempos recentes, em busca de estratégia de resistência.

No campo específico da produção de conhecimentos no Serviço Social na contemporaneidade, Iamamoto (2008) aponta para tendências em curso, dentre as quais se destacam as fragmentações operadas nas políticas de atendimento às necessidades sociais das classes subalternas e seus segmentos; redução de análises dos sujeitos sociais, nem sempre atribuindo visibilidade aos aspectos coletivos e classistas, fato que pode focalizar os segmentos em si mesmos e sem a apreensão crítica das relações sociais que o constituem; relação mimética entre políticas sociais e Serviço Social, ocultando as particularidades das ações profissionais no campo das diferentes políticas; a área temática de menor investimento na pesquisa diz respeito aos conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular; e o penúltimo lugar da agenda temática da pesquisa refere-se à formação profissional, fundamentos e trabalho do assistente social.

Diante do exposto e como notas conclusivas, reiteramos a relevância da pesquisa de situações concretas, articuladas às suas determinações macrossociais como condição necessária tanto para superar a defasagem entre o discurso aparente sobre a realidade social e os fenômenos singulares com que o assistente social se defronta no seu cotidiano, como também para desvelar as possibilidades de ação materializadas na realidade.

O estímulo à pesquisa exige investimentos intelectuais e políticos em defesa da universidade, cuja degradação compromete substancialmente “[...] as condições de trabalho docente, a atividade de investigação de docentes e discentes e a qualidade do exercício profissional” (IAMAMOTO, 2008, p. 466). Nesse sentido, destacamos a necessidade de vinculação orgânica com a prática profissional dos pesquisadores, situada no contexto das relações sociais concretas, com conhecimento sustentado em princípios éticos e políticos emancipatórios.

Reafirmamos, pois, a urgente necessidade de fortalecer a formação profissional competente que, muito distante de seguir a lógica gerencial da eficiência produtivista, requisita a necessária articulação entre as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas neste tempo de barbárie social.

Entendemos o quanto é importante a crítica orientada por um pensamento de bases racionais e por valores universais, ainda que hoje isso signifique estar na contracorrente. Concordamos com a percepção de Barroco (2009) de que “[...] entre a sociedade do presente e a sociedade do futuro existe uma ponte que não se sustenta em ideias, mas na práxis social dos homens” (BARROCO, 2009, p. 215). Desse modo e a partir dos pressupostos e compromissos profissionais e sociais, não cabe ficarmos assistindo à barbárie de modo indiferente aos processos societários.

Logo, essa é uma questão ética e política da maior relevância, uma vez que o posicionamento e as respostas profissionais em meio à ofensiva neoconservadora também reforçam a cultura profissional, através de diversas iniciativas coletivas, dentre as quais destacamos: o reforço ao arcabouço jurídico vigente (Código de Ética, a Lei 8.662/93, as Diretrizes Curriculares de 1996, as Resoluções do conjunto CFESS/CRESS); a regulamentação da Política Nacional de Estágio (2010); a não adesão aos cursos de mestrados profissionalizantes; a reafirmação da maioria intelectual como área de conhecimento, através da ampliação e fortalecimento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, de participação dos seus pesquisadores em bancas de áreas afins, de alunos de outras áreas em cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social (MOTA, 2016); a produção científica em meios impressos e digitais; o fortalecimento aos Grupos de Temáticos de Pesquisa, dentre outras.

Portanto, é inconteste o avanço na produção de conhecimentos na perspectiva de desvelar a realidade social e subsidiar a formação e o exercício profissional crítico nessas oito décadas de Serviço Social no Brasil em sintonia com a cultura profissional. Entretanto, não se pode desconsiderar o movimento dialético da realidade, cuja ofensiva neoconservadora vem revitalizando traços da herança conservadora da profissão.

APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

O Serviço Social brasileiro manteve uma relação incipiente com a pesquisa e a produção de conhecimentos sobre a realidade até meados da década de 1970. Esse quadro se redimensionou com a apropriação da teoria social de Marx pela categoria profissional.

Apesar do recente acúmulo teórico-metodológico, a referida profissão vem contribuindo substantivamente para o desvelamento da realidade, inclusive para outras áreas do conhecimento, em uma perspectiva vinculada aos interesses da classe trabalhadora.

A pesquisa e o conhecimento da realidade foram fundamentais para que o Serviço Social se consolidasse como área de conhecimento e como uma nova competência sociopolítica e teórico-instrumental, no sentido de apreender o movimento da realidade.

Além disso, consideramos que o conhecimento da realidade na perspectiva marxiana fundamenta a formação e o exercício profissional em sintonia com a direção social estratégica da profissão gestada com a intenção de ruptura com o conservadorismo.

Diante do exposto, reafirmamos a atualidade, a possibilidade e a necessidade de valorização do desvelamento da realidade na perspectiva crítica da produção de conhecimentos neste contexto de barbarização da vida social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Proposta básica para o projeto de formação profissional Documento ABESS/CEDEPSS (nov. 1995). **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, p. 143-171, 1996.

BARROCO, Maria Lúcia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 106, p. 205-218, 2011.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 4).

CARDOSO, Priscilla Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. Campinas: Papel Social, 2013.

CARLI, Ranieri. **Fenomenologia e Questão Social: limites de uma filosofia**. São Paulo: Papel Social, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1998.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. São Paulo: Cortez, 1997.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 122, p. 294-316, 2015.

- MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 165-182.
- MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área de conhecimento. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.
- MOTA, Ana Elizabete. Questão Social e Serviço Social um debate necessário. In: O MITO da assistência social: ensaios sobre Estado, Política Social e Sociedade. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 2008. p. 21-57.
- MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 2005.
- NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. In: BRAZ, Marcelo (Org.). **José Paulo Netto: ensaios de um marxista sem repouso**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 56-88.
- NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília (DF), 2009a. p. 667-700.
- NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez; OPAS; OMS; Ministério da Saúde, 2009b. p. 141-160.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2004.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.
- ORTIZ, Fátima Grave. **O serviço social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo**. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 132).
- SILVA, José Fernando Siqueira. Pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-297, 2007.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília (DF), 2009. p. 143-164.